

PARTICIPAÇÃO POPULAR NO ESPAÇO URBANO: O EXEMPLO DO BAIRRO ALVORADA EM ARAÇATUBA-SP

Nelson Rodrigo Pedon¹

Resumo: O presente artigo faz uma análise da participação popular na produção do espaço urbano, tratando mais especificamente do bairro Alvorada, no município de Araçatuba, interior do Estado de São Paulo. A pesquisa que subsidia este texto se baseia em amplo levantamento bibliográfico e pesquisa direta com moradores do bairro. Este estudo trata o bairro como um território construído por relações de poder e disputas entre classes, grupos, corporações e indivíduos no seu interior, sendo que estes conflitos se manifestam como a dimensão da existência do cotidiano no espaço urbano. As mudanças disseminadas neste cotidiano mostram o grau de importância de se diferenciar as estruturas socioeconômicas, político-institucionais e as simbólicas (*pertencimento*) que configuram as experiências dos movimentos sociais ao construir um território na escala do lugar.

Palavras-chave: participação popular; espaço urbano; território; bairro; Araçatuba.

POPULAR PARTICIPATION IN URBAN SPACE: THE EXAMPLE OF THE ALVORADA NEIGHBORHOOD IN ARAÇATUBA-SP

Abstract: The present article analysis the popular participation in urban space production, treating more specifically of the Alvorada Neighborhood, Araçatuba City, Sao Paulo State interior. The research, which subsided this text is based in a wide bibliographic survey and directly survey with the neighborhood dwellers. This study treats the neighborhood as territory built by the power relations and class, group, corporation and individual struggle in its interior, and these conflicts manifest as the daily life in urban space existence dimension. The changes disseminated in this daily life shows the importance of differencing the social economics, politic-institutions and symbolic (belonging) structures, which configures the experience of social movements in building a territory in local scale.

Keywords: Popular participation, Urban Space, Territory, Neighborhood, Araçatuba.

1. Introdução

...uma sociedade justa não é uma sociedade que adotou leis justas para sempre. Uma sociedade justa é uma sociedade onde a questão da justiça permanece constantemente aberta, ou seja, onde existe sempre a possibilidade socialmente efetiva de interrogação sobre a lei e sobre o fundamento da lei. (Cornelius CASTORIADIS)

Este artigo constitui, de forma modesta, uma reflexão acerca da importância da

¹ Professor Assistente Doutor do Curso de Geografia da Unesp-Ourinhos e também do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Email: nelson@ourinhos.unesp.br.

organização social dos grupos populares nas cidades brasileiras. Partimos do pressuposto de que as cidades revelam, de forma ampla, as contradições próprias do processo de constituição dos agentes ao mesmo tempo em que cristalizam a forma hegemônica do modo de produção. Nesse contexto, o espaço urbano se transforma constantemente e as formas de lidar com seus impactos se manifestam de diversas maneiras.

Busca-se tratar da participação popular na produção do espaço urbano na cidade de Araçatuba. As conclusões presentes nesta exposição resultam de uma pesquisa realizada no período de 2004 à 2005, e teve como principal encaminhamento metodológico a aplicação de questionários à população do bairro, buscando abarcar 10 % dos moradores, e entrevistas com as principais lideranças políticas. Foi realizada uma revisão bibliográfica fundada em autores das Ciências Sociais que se dedicam à compreensão das dinâmicas e processos urbanos e ao estudo das diferentes manifestações sociais e políticas que dão movimento à vida urbana.

Foi destacada a dimensão da questão urbana para a qual convergem alguns aspectos da produção da existência do cotidiano dos moradores da cidade. Neste texto, concebe-se que as contradições são vivenciadas em tempos e lugares que se tornam, ao mesmo tempo, condição e resultado de experiências singulares. Verificou-se que o bairro Alvorada, localizado na periferia leste da cidade de Araçatuba, resulta do complexo conjunto de ações sociais que foram se desenvolvendo ao longo do século XX, desde o avanço da fronteira agrícola para o oeste paulista, o êxodo rural, que fez com que um contingente grande de pessoas saíssem do campo e migrassem para as cidades, até a constituição de suas respectivas malhas urbanas cujo processo de configuração abarca uma conjunção intrincada de agentes sociais, tais como os proprietários de terra, os incorporadores imobiliários, o Estado e a ação da população organizada.

A cidade se apresenta, invariavelmente, como o território do exercício do poder que resulta da disputa entre classes, grupos, corporações e indivíduos no seu interior, delimitando territórios nos quais se materializa a luta pelo espaço urbano. O território é, por excelência, a dimensão na qual as relações entre homens se tornam mais estreitas, defrontando-se com os dilemas da desigualdade, na qual o espaço medeia o estabelecimento de regras de convivência, assim como estimula as trocas e fecunda as ideias. Conferimos que a participação popular, representada pela mobilização dos moradores na forma de uma associação de bairro, está tão intrinsecamente vinculada à constituição do território, ou seja, do próprio bairro, que os dois processos se confundem na configuração da identidade que permeia a relação dos moradores com

o espaço. Neste caso, verificamos que o caráter político da ação dos moradores de áreas de periferia está disseminado no cotidiano deles, inclusive no processo de constituição da própria identidade com o espaço de vivência (o bairro).

Afinal, o que adiantaria constituir uma identificação com o espaço e com aqueles que o dividem comigo, se isso não se refletir na forma pela qual eu me aproprio deste espaço e o organizo para melhor vivenciá-lo? O caminho a seguir é o de entender o sentido que os agentes podem produzir por si mesmos na sua relação com o espaço da vida e na sua convivência com os demais formadores do mesmo espaço. A cristalização de estruturas sociais está sempre em andamento e a participação popular pode representar aquela parcela da realidade social na qual tais estruturas apresentam suas brechas.

Ao estudar o movimento de bairro entendemos o território como algo do qual a comunidade se apropria de forma ampla e onde as contradições emergem de forma complexa. A unidade dos contrários nos dá, sobre os termos aqui explorados, a condição de fixar o movimento de nosso estudo na forma de uma problemática criada analiticamente, e que encontra dificuldades em abarcar uma realidade em constante movimento. Nosso estudo revela que a vida social constitui uma ação dentro de um conjunto flexível de instituições e tradições. Afora toda ação determinada, muitas reações imprevistas ocorrem no interior desse conjunto, e muitas se tornam incompreensíveis se tomarmos um quadro referencial estático aprioristicamente, como numa perspectiva essencialista.

Assumimos uma postura mais pluralista ao concordarmos com a ideia de Castoriadis, na qual, no campo da análise/síntese social, inexistente teoria *perigosa e completa*, mas sim empenho em buscar sempre de forma imperfeita, já que a prática teórica é também uma prática social, a elucidação do mundo. Este é o motivo que nos leva a crer que toda prática deve ser sempre balizada por esforços de reflexão crítica sobre a própria prática.

A participação popular na produção do espaço urbano de uma cidade não deve ser vista somente como uma questão de “tudo ou nada”, na qual o trunfo é aquilo que aparece de imediato. O processo de constituição da ação organizada com todas as suas contradições é muito importante, já que não é o que está no fim do processo que interessa, mas o “entretanto” deste. É a forma pela qual os indivíduos, vivendo em conjunto, se relacionando com os mais diversos problemas do dia a dia que compõe o espaço urbano, assim como a inserção dos moradores no campo da política, gerando uma força mobilizadora suficiente para estabelecer diálogos entre os

diversos agentes sociais. As diferentes formas de mobilização social desempenham o papel de preencher de conteúdo político o espaço da vida, politizando questões cotidianas de forma a “revolucionar” a existência daqueles que dão sustento a esses movimentos, podendo transformar-se em instituições políticas de expressão em suas escalas de ação, criando novas culturas, novas linguagem e identidades.

A participação popular pode e deve direcionar-se, em diferentes níveis de eficiência, rumo à descentralização do poder. Por mais que o Estado tenha, em nossa sociedade, a prerrogativa de planejar, gerir, criar leis, sancioná-las e aplicá-las, garantir a ordem e realizar intervenções no espaço público, a participação popular realiza-se como um caminho que não é só alternativo ao Estado, mas que, muitas vezes, se realiza às costas deste. As associações de bairro, assim como a associação do bairro Alvorada, com todos os problemas de legitimação, mobilização e limites de ação, busca qualificar-se com o intuito de melhorar a vida dos moradores. A consciência dos limites de sua ação, enquanto agentes de produção do espaço urbano araçatubense, a parca visibilidade de suas ações, o efeito considerado muitas vezes efêmero de suas realizações, a dificuldade de mobilizar recursos (econômicos, técnicos e políticos), não podem nos impedir de pensar seus esforços num âmbito teórico mais amplo.

As mudanças disseminadas no cotidiano nos mostra o quanto é importante diferenciarmos os níveis de influência dos movimentos sociais sobre estruturas políticas e institucionais, porque, na maioria dos casos, somente seus efeitos sobre as estruturas políticas são considerados. Por meio de nossa análise, observamos que esses movimentos, como o do bairro Alvorada, exigem uma reação de outras estruturas sociais que pode, em alguns casos, produzir uma resposta mais democrática, conforme o arranjo de poder e das relações entre as escalas envolvidas. Nestes termos, a participação popular sugerida pelas associações de bairro, pode ampliar os limites da política, tendo como efeito a transformação nas formas de participação no interior da estrutura do Estado, assim como proporciona mudanças nas regras e procedimentos de práticas políticas consideradas inadequadas ou onerosas para a qualidade de vida dos moradores.

Outro conjunto de transformações se dá no campo simbólico e acabam influenciando a adoção de diferentes atitudes em relação aos problemas enfrentados no dia a dia. A participação popular no caso estudado se dá junto do processo de constituição do *sentido de pertencimento* ao espaço da vida, configurando o que denominamos de território-bairro. O que existe de comum entre as pessoas que dão forma à associação de bairro é o fato de se sentirem pertencentes e, por

extensão, responsáveis pelo bairro.

De forma ampla, este estudo buscou contribuir para o entendimento dos processos de formação de territórios na escala do lugar. Não faz sentido algum estudar fenômenos sociais como se eles ocorressem num vazio temporal e espacial, pois os problemas que ocorrem nas escalas locais, como no do desenvolvimento de uma comunidade, como o bairro, e os problemas nas escalas nacional e/ou global, são inseparáveis. Considerar o bairro como foco de investigação de problemas encontrados numa grande variedade de unidades sociais, mais amplas e diferenciadas, permite a exploração de particularidades que, em estudos comparativos, pode ajudar a compreender melhor as características estruturais que eles compartilham e as razões por que, em diferentes e variadas condições, funcionam e se desenvolvem diferentemente.

2. Breve caracterização da área de estudo

Localizado ao sul da cidade paulista de Araçatuba, o bairro Alvorada possui, aproximadamente, 5.600 moradores², distribuídos em 1.700 domicílios. Considerado pelo poder público municipal como área de população predominantemente de baixo poder aquisitivo, o Alvorada pode ser classificado como um bairro da “periferia” da cidade. Roberto Lobato Corrêa (1989) diferencia duas “periferias”, uma com urbanização de *status* e outra de urbanização popular. As periferias nobres, valorizadas por amenidades físicas, ganham infraestrutura adequada e tornam-se bairros de *status*, a exemplo dos condomínios horizontais, que passaram a figurar no espaço araçatubense nas últimas duas décadas, ao contrário de outras cidades de porte médio do Oeste Paulista, como Presidente Prudente e São José do Rio Preto, cuja existência desse tipo de ocupação do espaço remonta à década de 1970.

Os bairros são periféricos, se considerados do ponto de vista geométrico, quando a “periferia” representa aquelas áreas localizadas fora ou nas imediações de algum centro. Entretanto, nem toda área localizada fora ou nas imediações de algum centro é considerada periferia, visto que este termo tomou significado sociológico. O Alvorada representa um bairro de periferia do segundo tipo, segundo a perspectiva de Roberto Lobato Corrêa, na medida que constitui local de reprodução socioespacial da população de baixa renda.

² Os dados apresentados neste item foram obtidos por meio da aplicação de questionários no ano de 2003. O universo que corresponde à amostragem é de 10% do total do bairro, garantindo-se, assim, a representatividade da população. A aplicação dos questionários se deu por meio da amostragem sistemática. Como pretendíamos contemplar 10% do universo de 1.700 residências ($1.700/10\% = 170$), sorteamos uma primeira residência e, a partir dela, aplicamos os questionários a cada 17 casas. Outras fontes estatísticas usadas serão citadas ao longo do texto.

Localizado próximo ao centro tradicional da cidade, também está em proximidade com a área tradicionalmente valorizada, a zona sul. Isto porque na zona sul localiza-se um grande conjunto de equipamentos urbanos de infraestrutura e de entretenimento, a exemplo do Shopping Center Araçatuba, por ser cortado por duas avenidas, a Brasília e a Pompeu de Toledo, tradicionais áreas de lazer da população jovem, o que privilegiou essa área com uma grande concentração de serviços tais como restaurantes e lanchonetes, como a filial da rede mundial de *fast food* Mc Donalds. Ilustrando um pouco mais a situação de inclusão social da zona sul de Araçatuba, basta citar que 85% das pessoas com curso de pós-graduação residentes na cidade moram nesta área, ao longo de um eixo formado pelas avenidas Brasília e Cussy de Almeida³.

Todavia, é importante ressaltar que nas últimas duas décadas há uma tendência cada vez mais forte de valorização de outras áreas da cidade devido à instalação de empreendimentos imobiliários em inversos pontos da cidade. Áreas distribuídas por toda a cidade são alvo dos interesses dos agentes capitalistas articulados com o poder público que orquestram a implantação de *Shoppings Centers*, Supermercados, condomínios fechados, edifícios de alto padrão, revitalização de avenidas, entre outros.

³ Fonte: Startcart/IBGE (software que apresenta os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar de 2000, georreferenciadas no espaço urbano de Araçatuba).

Figura 1 - Localização do Bairro Alvorada na cidade de Araçatuba, 2012.



Fonte: Adaptado de Pedon, 2005.

As especificidades que dão ao Alvorada o perfil de um bairro periférico estão relacionadas com a precariedade de sua configuração socioespacial. Há, em seu interior, uma miscelânea de parcelas de crescimento espontâneo com parcelas planejadas pelo poder público, assim como uma grande falta de preocupação com questões relacionadas com a qualidade dos projetos arquitetônico e urbanista. Com relação à situação da ocupação dos domicílios, 17% são ocupados de forma irregular. Esses domicílios, na maioria absoluta, são casas construídas em áreas verdes, com predomínio ao longo do córrego Alvoradinha, ao longo da rua Uruguaiana, numa faixa limite ao perímetro urbano, e um conjunto de residências localizadas no extremo sul do bairro, numa área conhecida como ramal A, antigo trecho da Noroeste do Brasil.

A maior parte das ocupações irregulares são antigas, já que 26% dos moradores são residentes há mais de 25 anos e 15% há mais de 30 anos⁴. Muitas famílias já estão na terceira geração. Segundo uma das pessoas entrevistadas:

⁴ O ano de referência é 2003.

Cheguei aqui há 25 anos, tinha poucas casas, só uma ou outra perto do córrego e outras mais pra lá, perto da Uruguaiana. Foi minha família mesmo que construiu a casa, primeiro era um barraco de lona, né, depois é que, aos poucos nós fomos construindo com tijolos.

A respeito da situação ilegal, a entrevistada fez o seguinte comentário:

A prefeitura, de vez em quando, aparece pegando algumas informações dizendo que vai regularizar, vai dar a escritura, já falaram até em mudar a gente de lugar, mas isso não acontece não. A rua que antes não aparecia nos mapas agora já aparece, tem gente com telefone com o nome na lista e tudo.

A rua mencionada pela entrevistada, onde se localiza sua residência, é a Travessa Timbira. Consultando os mapas oficiais, até a última atualização cartográfica realizada pela prefeitura em 2000, verifica-se que essa rua é inexistente. O fato da maioria dos residentes serem moradores do bairro já há bastante tempo faz com que a maioria das construções já tenham passado por melhorias, daí a maior percentagem de construções ser de alvenaria. Outro importante fator é a atuação da Associação de Moradores que age no sentido de prover as famílias mais pobres de material de construção e organiza mutirões.

No que diz respeito à renda familiar, 60% das famílias vivem com até dois salários mínimos, sendo que 37% vivem com até um salário mínimo. A renda familiar é uma importante variável no diagnóstico do perfil socioeconômico dos bairros de periferia, já que é por meio de sua consideração que temos a possibilidade de avaliar o poder aquisitivo dos moradores.

Tabela 1 - Situação da ocupação

Proprietário	73 %
Paga aluguel	07 %
Em aquisição	02 %
Cedido	01 %
Ocupação irregular (área verde)	17 %

Fonte: Aplicação de questionários em trabalho de campo (2004).

De acordo com a pesquisa de campo, observamos que o percentual de famílias que vive com até um salário mínimo é menor do que o percentual das famílias que possui somente uma pessoa com renda; isso significa que existe uma importante quantidade de famílias que, apesar de

ter dois ou três integrantes com renda, se somadas, não atingem o salário mínimo, cujo valor no período da pesquisa era de 220 reais.

Tabela 2 - Renda por família em salário mínimo

até 1 salário	37%
até 2 salários	23%
até 3 salários	17%
até 4 a 5 salários	12%
até 5 a 6 salários	8%
mais de 6 salários	3%

Fonte: Aplicação de questionários em trabalho de campo (2004).

O baixo percentual de pessoas com registro em carteira (constatou-se que 35% das famílias possuem até uma pessoa registrada), em relação ao percentual de pessoas com renda por família e ao número de aposentados e pensionistas, permite deduzir que grande quantidade de famílias tem suas rendas baseadas na aposentadoria e pensões de baixo valor e em trabalhos não registrados (setor informal), ou seja, é grande o percentual de famílias cuja renda provém dos empregos informais e autônomos. O baixo nível de escolaridade dos chefes de família também denuncia o tipo de atividade exercida pela maioria da população do bairro. Dos entrevistados que se declararam autônomos, 23 % do total têm suas atividades baseadas nos chamados “bicos” (pequenos serviços esporádicos remunerados de forma diária), com predomínio no segmento da construção civil, os “peões de obra” (cerca de 10% dos declarados autônomos).

Como resultado desse quadro, podemos inferir duas consequências. Primeiro, há uma proliferação do comércio e serviços oferecidos, expressando, na escala do bairro, resultando no crescimento do setor informal da economia, assim como o número de autônomos. A segunda consequência é o elevado nível de dependência da população em relação às políticas públicas de transferência de renda, de caráter imediato na sua maioria, mas que visa amenizar as agruras da pobreza. A ilustração desta constatação é o elevado número de moradores do bairro que têm como única fonte de renda as pensões e aposentadorias.

Com relação aos serviços prestados pelo Poder Público no bairro, 40 % usufruem da escola estadual; 70 % utilizam dos serviços prestados pelo Posto de saúde (UBS) e 20% possuem

crianças na família matriculados na Escola Municipal de Ensino Infantil. 9 % das famílias afirmaram que fazem parte do programa Bolsa Escola, 2% alegaram que esta é a única fonte de renda da família. Este último dado mostra o alcance das políticas assistencialistas no interior do bairro.

O bairro está intimamente ligado ao processo de estruturação da cidade; é uma unidade morfológica e estrutural caracterizada pela paisagem urbana, por um certo conteúdo social e por uma função. Ao mesmo tempo, os bairros são partes relativamente autônomas do espaço urbano. Possuem seus centros, modos de vida e monumentos. Essas áreas que apresentam uma certa uniformidade no que diz respeito às características socioeconômicas, tal como o bairro Alvorada, são reflexos diretos da distribuição de renda da população e determinam o tipo e a localização das residências em termos de acessibilidade e amenidades. A rua Baguaçu é a que mais concentra estabelecimentos comerciais e de serviços. Sua importância remonta ao período de constituição da cidade, sendo por muito tempo o único meio de ligação da cidade com a porção central do Estado de São Paulo. Atualmente, a rua Baguaçu é uma importante via de ligação com a cidade de Birigui, alternativa à rodovia Marechal Rondon e de acesso mais rápido para quem está na cidade. No trabalho de campo, constatamos, por meio da aplicação dos questionários, que 40% dos entrevistados declararam que realizam compras de alimentos no próprio bairro.

As periferias são, por excelência, o lugar da instalação e reprodução desse “circuito inferior”, ligado, essencialmente, à população de baixa renda. No que se refere ao emprego, como já verificamos, grande parte da renda dos moradores do bairro Alvorada é proveniente do trabalho autônomo e de trabalhos concernentes ao setor informal da economia. O reflexo desta constatação no espaço do bairro pode ser observado numa simples caminhada pelas ruas do bairro, haja vista o grande e variado número de pequenos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. Esta paisagem nos mostra que, na busca pela reprodução da vida, a população de baixa renda do bairro Alvorada tem, no interior do próprio bairro, uma saída.

O bairro Alvorada, como pudemos observar por meio desta rápida caracterização socioeconômica, está vinculado à constituição de espaços urbanos voltados principalmente para abrigar as camadas sociais que ocupam posição alinhada à base da pirâmide hierárquica da divisão social do trabalho, configura-se um espaço periférico, no sentido socioespacial do termo. O caso do estabelecimento de pequenos empreendimentos no setor de serviços e comércio como estratégias para enfrentar o desemprego ou, pelo menos, como forma de complementação da

renda, mostra como a constituição desse circuito inferior da economia urbana constitui uma importante estratégia de sobrevivência no interior do bairro.

3. Participação política no cotidiano

O cotidiano é o espaço onde se coletivizam experiências. Enquanto espaço público, possibilita a interação social a partir da qual emerge ações entre agentes sociais concorrendo com o fechamento dos espaços públicos tradicionais, tanto de manifestação política como de interação social. Kowarick (1999) ao buscar entender o processo de produção de experiência assinala:

[...] não considero possível deduzir as lutas sociais das determinações macro-estruturais, posto que não há ligação linear entre precariedade das condições de existência e os embates levados adiante pelos contingentes por ela afetados. Isto porque malgrado uma situação variável mas comum de exclusão econômica, os conflitos manifestam-se de maneira diversa e, sobretudo, as experiências de lutas sem trajetórias extremamente díspares, apontando para impasses e saídas para as quais as condições estruturais objetivas constituem, na melhor das hipóteses, apenas um pano de fundo. Não se trata de desconsiderá-las, mas de reconhecer que, em si, a pauperização e a espoliação são apenas matérias primas que potencialmente alimentam os conflitos sociais: entre as contradições imperantes e as lutas propriamente ditas há todo um processo de 'produção de experiências' que não está de antemão, tecido na teia das determinações estruturais... Se as lutas caminham paralelamente, existem estuários conjunturais onde elas desembocam, e o entendimento desse encontro requer um mergulho sobre a diversidade de movimentos que ocorrem tanto nas fábricas como nos bairros, a fim de captar aquilo que estou denominando de momentos de fusão dos conflitos e reivindicações (KOWARICK, 1999, p.23).

A longa citação tem por objetivo mostrar que as relações de poder inscritas nas condições de vida tomam relevo na constituição da noção de participação, de ação coletiva, articulando um sentido político aos espaços da moradia, esses espaços os moradores podem se constituir em força coletiva frente a outros agentes sociais, principalmente, em relação ao Estado. O significado da ação deve ser desvelado das condições criadas pelos próprios movimentos ao fazerem-se, e não a partir de uma *essência* ou de uma *vocação natural*, seja esta democrática, revolucionária, anticapitalista ou, ironizando, até mesmo messiânica.

É claro que para uma geografia do bairro, não se deve negar a existência das denominadas determinações gerais, tais como a estrutura econômica, a ideia moderna de crise, o Estado, as classes sociais, exploração, espoliação e segregação urbana, todos são fenômenos e processos que por meio de seus conceitos explicativos constituem referências fundamentais. O

que não podemos incorrer é no erro de considerá-los como entidades metafísicas. Em nossa sociedade, as contradições são vivenciadas concretamente em espaços e tempos que se tornam condições para existências singulares. As contradições que outrora foram consideradas como se manifestassem de uma maneira geral, implicam em vivências em tempos e espaços próprios, criando significados expressos em práticas e linguagem comum. É indispensável elucidar o tempo, o espaço e os acontecimentos cuja experiência torna possível a constituição dos agentes.

Isso não significa ignorar o fato de que as experiências vividas em espaços e tempos singulares se cruzem e interajam na constituição de novas ações. De forma geral, os movimentos sociais urbanos podem expressar das formas mais variadas a crise das formas tradicionais de realização da política. Um exemplo é a recusa em se caracterizar enquanto mobilização de caráter político presente na fala de alguns líderes de movimentos, como o presidente da Associação dos Moradores do Bairro Alvorada, o comerciante Manoel dos Santos, que em entrevista concedida fez as seguintes afirmações: *A SABA -Sociedade dos Amigos do Bairro Alvorada- não faz política, somos uma comunidade, queremos o bem dos moradores e não fazer política.*

Tal fala se funda numa concepção de política que se aproxima da política realizada pelos partidos, onde o *lobby* e a demagogia são entendidos pelos movimentos como algo ruim, intrínseco ao ato de se fazer política. Está explícita na fala de nosso colaborador a ideia de comunidade. Esta é vista como algo apolítico pelos membros da associação, o que os deixam estranhos à visão de política predominante. A proposta da associação não é a politização da cotidianidade, mas sim um conjunto de ações que se encontram fora do circuito da política porque ela pertence predominantemente ao campo do Estado.

A descrença na política reflete, de certa forma, uma crítica a um padrão específico de fazer política, este padrão tradicional aparece como uma atividade estéril, incapaz de introduzir alguma mudança que realmente venha ao encontro do interesse dos moradores. Associasse a política à demagogia, isto foi constatado na pesquisa realizada no bairro, quando perguntávamos aos moradores sua opinião em relação à atuação dos vereadores e da prefeitura no que diz respeito ao atendimento de seus interesses. Na tabela 3 representamos as opiniões dos moradores a respeito da atuação dos políticos da cidade, ocorre que grande número de moradores ao responderem a questão demonstrava sua desconfiança a respeito do verdadeiro propósito dos vereadores e do prefeito. Os problemas mais lembrados pelos moradores com relação à descrença nas formas pelas quais os vereadores e prefeitos conduzem a política foram: a manipulação da

confiança dos eleitores e a irresponsabilidade frente às promessas realizadas no período da campanha, gerando expectativas junto aos eleitores que eram frustradas em seguida. A imagem do político interesseiro e carreirista, preocupado em manter seu poder de influência e defender seus interesses pessoais também foi lembrada na pesquisa.

Tabela 3 - Opinião dos moradores a respeito da atuação dos políticos da cidade

Não atuam	60%
Atuam de forma satisfatória	10%
Atuam de forma pouco satisfatória	16%
Mencionam atuação do “vereador do bairro”	14%

Fonte: Aplicação de questionários em trabalho de campo (2004).

Souza (2002) argumenta que a compreensão deste fenômeno tem raízes históricas. O desinteresse pela política, pelo menos pela política de feição partidária, é reflexo de uma sociedade heterônoma e de vida política marcada por intransparência e corrupção, induzindo ao escapismo e ao declínio do *homem público*. Vale destacar o expressivo número de moradores que lembraram do nome do vereador Cláudio. Ex-morador do bairro, o vereador Cláudio (o “vereador do bairro”), foi eleito em 2000 com uma plataforma política baseada na defesa do interesse dos moradores dos bairros periféricos, sobretudo do Alvorada. Alguns moradores mesmo sem ter um maior conhecimento a respeito da atuação deste vereador, citava seu nome numa demonstração clara de que em seu imaginário a associação do nome do vereador ao bairro em que mora, quando o assunto é política, se dá de forma espontânea.

O referido vereador possui várias estratégias que fortalecem a associação de seu nome com o bairro, firma-se, de certa forma, uma “identidade”. Cartões de felicidades nas datas comemorativas são enviados aos moradores, inclusive nos dias de seus aniversários, há a distribuição de panfletos apresentando um conjunto de intervenções do poder público no bairro que teriam sido conseguidas graças a atuação do vereador, outra estratégia de marketing são as visitas esporádicas do vereador a algumas famílias do bairro. Até mesmo os dirigentes da SABA

mencionam o nome do vereador como uma personalidade que sempre ajudou o bairro, sendo que nem mesmo eles conseguem identificar suas realizações. Sr. Moringa⁵ confunde:

Ah, o vereador Cláudio ajuda muito, a cobertura da quadra da escola por exemplo foi ele, se bem que a prefeitura cobriu as quadras da maioria das escolas da cidade com dinheiro que veio do governo estadual. Mas ele faz alguma coisa sim.

No primeiro bimestre de 2003 foram distribuídos panfletos pelo bairro com título “O que o professor Cláudio já conseguiu para o bairro Alvorada”, o objetivo era mostrar um conjunto de melhorias realizadas pelo poder público que seria resultado da ação do vereador no legislativo. O panfleto termina com a seguinte transcrição:

Continue confiando neste vereador que têm vocês no coração que ama este bairro onde morou durante 25 anos e constituiu sua história junto com este povo sofrido, trabalhador e honesto. Deus os abençoe (sic).

Obras iniciadas antes da gestão do vereador, como o asfaltamento de ruas e uma gama de projetos que estariam garantidos, como a iluminação e asfaltamento das inúmeras vielas do bairro, formam o conteúdo do panfleto. O material de propaganda do vereador ignora a ação da Sociedade dos Amigos do Bairro, apresentando declarações de membros da associação ratificando a importância da ação do vereador. A inserção de pessoas em programas federais como o Bolsa Escola, que foram realizadas em todo o município e não de forma exclusiva no Alvorada são atribuídas erradamente à ação do vereador.

O caráter clientelista expresso por meio do vínculo assumido pelos moradores e pela própria associação com o vereador, o Sr. Cláudio, fica patente na fala de alguns moradores e nas publicações difundidas de forma *planfetária* pelo maior interessado em fortalecer este vínculo, o vereador. Ele aparece como doador de serviços e obras. Alguns moradores chegaram a afirmar que a Prefeitura *não faz nada, mas o Cláudio faz*. Um dos feitos mais lembrados pelos moradores são as cestas básicas (420 em 2001) doadas nos finais de ano às famílias carentes.

⁵ Morador do bairro Alvorada a trinta anos, Sr. Moringa foi um dos fundadores da Associação dos Moradores do Alvorada, que depois veio a constituir a Sociedade dos Amigos do Bairro Alvorada, e que atualmente, por motivos legais estabelecidos no Código Civil, voltou a receber a denominação de Associação de Moradores. Sr. Moringa sempre fez parte da *cúpula* da associação, sendo considerado por muitos moradores o mais atuante do bairro.

Contradições desse tipo podem fazer parecer que a associação de moradores não teria legitimidade ou que o espaço político por ela dimensionado é ínfimo frente às estruturas sociais já consolidadas. As contradições constituem elementos existenciais dos movimentos sociais já que estes não são puros, tais contradições são recorrentes e faz parte do próprio processo de constituição do espaço político buscado pela mobilização.

A dimensão política desses movimentos reside no fato de se constituírem numa força que visa transformar a realidade daqueles que compõem esse campo de realizações. A associação de moradores politiza o espaço na medida que remete à espacialidade de modo direto e simbólico.

O político, neste estudo, é entendido como o conjunto de ações individuais e coletivas que visam um fim comum. Para o filósofo Jürgen Habermas, a política não é mais entendida como um conjunto de atividades humanas relacionadas à vida, a política passa a pertencer cada vez mais ao campo da simples administração, que por muitas vezes toma aspectos meramente técnicos. Para este autor, o contraponto a essa “racionalidade instrumental” é a estruturação de um campo interacional. Dessa forma, “racionalidade comunicativa” tem um caráter crítico intrínseco no qual a conversação argumentativa tem o poder de gerar consensos a respeito dos meios e fins a serem seguidos (HABERMAS, in SOUZA, 2001). É por esse motivo que o bairro constitui enquanto espaço da vida, o referencial da ação política, já que entendemos por ação política a relação social que visa estabelecer, por meio da mobilização, que inclui a interação, critérios de orientação da vida social, buscando um equilíbrio entre a vida do grupo ou comunidade em questão, com a sociedade da qual fazem parte e ajudam a construir. Na mobilização existe a possibilidade de se abrir espaço para dialogar, inclusive, com os poderes cristalizados. O bairro constitui uma dimensão espacial concreta da sociedade, é o referencial. No bairro, a dialética “representação do espaço-espaço da representação” funda-se como força aglutinadora da mobilização política.

4. Acertos e desacertos do processo

O bairro é o lugar onde os indivíduos experienciam as mais variadas situações que vão convergir no sentido de formar uma representação desse espaço. Esta representação ajuda a organizar e impulsionar a ação política, e nos serve de orientação para o entendimento da ação das associações de moradores. Esta perspectiva não é nova, inúmeros pesquisadores

representantes de diversas correntes da teoria social contemporânea vêm pensando a participação popular como fenômenos simultaneamente discursivos e políticos, localizados na fronteira entre os referenciais da vida pessoal ou comunitária e a política. Alberto Merlucci coloca ênfase na natureza subjetiva da ação política. Merlucci (1994) apresenta a seguinte ideia:

[...] eu me interesso pela dimensão pessoal da vida social porque sou convencido de que as pessoas não são simplesmente moldadas por condições estruturais. Elas sempre se adaptam e dão um sentido próprio às condições que determinam sua vida (MERLUCCI 1994, p.153).

O conceito de experiência passa a ser valorizado como essencial para o entendimento da questão. O embate se dá entre uma visão que privilegia a vida real dos indivíduos e uma visão de cunho mais estruturalista, como aquela criticada por Thompson em "A miséria da Teoria". No Brasil, o sociólogo Eder Sader, ganhou notoriedade justamente por abordar novas formas de organização da ação política, que eram negligenciadas pelas ciências sociais. Sader nos mostra a trajetória de alguns movimentos populares na metrópole paulistana que fizeram com que emergissem novos personagens no quadro político brasileiro a partir de 1970. A prática destes novos personagens contesta formulações teóricas predominantes, isso porque tratam-se de um sujeito coletivo e descentralizado, despojado de um papel histórico pré-determinado e universalizante.

Confirmado o que foi dito anteriormente, fazemos menção a uma frase proferida pelo ex-presidente da SABA, o Sr. Moringa, ao se referir a um dos papéis dessa associação:

Rapaz, a gente quando vai atender algum morador temos antes que explicar a forma de se chegar ao poder público -a prefeitura-, às vezes a pessoa mal entende sua situação, como é o caso, por exemplo, do pessoal que ocupa as áreas verdes. O trabalho é conscientizar mesmo sabe. Quando podemos marcamos algumas reuniões com o pessoal da prefeitura que vem aqui e passa algumas informações pra gente.

No âmbito dessa valorização da experiência do indivíduo no seu cotidiano e da constituição de espaços de comunicação e interação, pretendemos ressaltar o bairro como espaço mediador da ação entre dois agentes, os moradores e o poder público.

A associação de bairro abre um espaço de convivência e de interação. A fala de Sr. Moringa explícita a troca de experiências entre os moradores e entre eles e os representantes do poder público, levando ao conhecimento deste último as condições reais da vida. A conscientização aparece também como força aglutinadora. Assim as reivindicações articulam-se a

partir da percepção das carências comuns, por exemplo, no caso das dezenas de moradores cujas residências se localizam em áreas verdes.

Inúmeros autores que tratam do caráter comunicativo dos movimentos sociais buscam a contribuição de Jürgen Habermas. Souza (2002) afirma que para Habermas, a ação verdadeiramente comunicativa se funda na crítica de razões que sustentam ou rejeitam proposições e argumentos específicos, buscando chegar a acordos voluntários em nome da cooperação. Tal ideia se firma no poder da conversação argumentativa em gerar consenso, dando caráter “mais” legítimo à ação proposta.

Um problema lembrado pelo Sr. Moringa e que exigiu um grande esforço de mobilização e conscientização por parte da associação junto aos moradores é referente à cobrança de um serviço de construção de uma ponte sobre o córrego Baguaçu em no IPTU de 1995. Ocorre que, segundo nosso colaborador, a construção desta ponte significou muito pouco no que diz respeito da melhoria da qualidade de vida dos moradores, na verdade a construção da ponte foi realizada sem o menor consentimento prévio da comunidade.

Sr. Moringa lembra das sucessivas reuniões que mobilizaram grande número de moradores que resultou num abaixo assinado que rapidamente ganhou o engajamento dos moradores. O resultado foi a revisão por parte da prefeitura da cobrança do serviço em questão e a posterior revogação da cobrança. A função pedagógica da associação neste caso é patente.

O espaço aberto pela associação de moradores é uma condição básica para a ampliação da vida pública e da emergência de representações sociais vinculadas a esta última. As representações sociais irrompem em espaços de realidade intersubjetiva, são sendo produtos de ações e mentes individuais, ainda que suas expressões são encontradas nestes. Neste caso, o espaço do bairro é o território do “eu” e do “outro”, e desse encontro emerge a vontade para a ação política, podendo transcender às fronteiras sociais institucionalizadas e/ou instituindo novas fronteiras.

Outro exemplo lembrado diz respeito ao asfaltamento de algumas vias. Sr. Moringa sublinha que o “asfalto”⁶ é uma reivindicação bastante antiga da associação. O problema tomou

⁶ Decidimos inserir esta nota porque verificamos, não somente no bairro Alvorada, mas na cidade em sua totalidade um fenômeno que decidimos chamar de “Ideologia do Asfalto”. O asfaltamento das vias aparece como o problema mais importante, sempre lembrado pelos moradores quando inquiridos a respeito dos principais problemas de seus respectivos bairros. Analisando o discurso de alguns candidatos a cargos políticos na cidade, constatamos que a “bandeira do asfalto” constitui elemento importante e sempre lembrado. No caso do bairro Alvorada, grande parte dos moradores lembram com certo préstimo da “época do Andorfato”. Domingos Andorfato foi o Prefeito da cidade

maior proporção quando moradores que ocupam áreas verdes e que por isso não possuem a legalidade da ocupação do lote, passaram a exigir o asfaltamento das vias cujas residências estavam (estão) localizadas. De acordo com Sr. Moringa:

Tivemos um trabalhão danado pra entender e depois fazer a turma entender que o fato deles não terem os documentos da casa dificultava as coisas. Inclusive eles não pagam imposto não é? E mais, as ruas deles nem tã no mapa.

Um exemplo do problema em tela é o das casas localizadas na rua Noroeste, metade das quadras localizadas nessa rua possuem asfalto na outra metade das quadras as casas são de ocupação irregular, consideradas áreas verdes, nestas o asfalto inexistente.

Uma importante conquista da associação de moradores do bairro Alvorada foi a construção de sua sede (ver foto 01). A notabilidade desta conquista reside no reconhecimento por parte do poder público da relevante atuação da associação junto a comunidade, já que o terreno para a construção do prédio da sede foi doado pela prefeitura no final da década de 1980. Os demais recursos para a construção do prédio, num montante de 20 mil reais, só foram conseguidos no ano de 2001.

Segundo Sr. Moringa:

A segunda luta foi para levantar o prédio, o que conseguimos a quatro anos graças a mobilização dos moradores, já que construímos o prédio através do mutirão. Veio dinheiro da Prefeitura. Também não pagamos água, somente a luz que é paga com dinheiro dos eventos organizados pela gente mesmo. Foi uma conquista para a comunidade.

Nesta fala, o termo “conquista” significa que a construção da sede fortalece a identidade da associação já que passa a contar com um local próprio para os encontros, antes realizados na casa dos presidentes da associação. A conquista para a comunidade fica por conta da utilização do prédio para satisfazer a necessidade dos moradores, um exemplo é a utilização do prédio para a realização de dois velórios dois meses antes da realização da entrevista com o Sr. Moringa

na gestão 1994-1998 e uma de suas mais importantes realizações foi asfaltar 40% das vias do bairro Alvorada. Por fim, cabe salientar que a cidade de Araçatuba antes de se aconchegar no cognome de “Cidade do Boi”, recebia o título de “Cidade do Asfalto”, já que o fato de possuir uma jazida basáltica, elemento básico do asfalto, facilitava a ação de asfaltamento das vias da cidade, constituindo uma das cidades mais asfaltadas do interior do estado de São Paulo já nos idos de 1950.

(junho de 2003). As famílias não podiam pagar o aluguel exigido para o velório e também não podendo realizá-lo nas próprias residências puderam contar com a sede para a realização dos mesmos.

Figura 2 - Vista da fachada da sede da associação dos moradores do Alvorada



Fonte: Do autor.

Outra utilização importante é a realização de festas e bailes com o fito de angariar recursos para as atividades da associação. Na última festa realizada, quando houve a venda de pizzas e de um bingo com o objetivo de obter dinheiro para a reconstrução de uma casa do bairro que havia pegado fogo, um grupo de mulheres, moradoras do bairro, fizeram as pizzas em mutirão, a música ficou por conta de um grupo de jovens que formaram uma banda musical, *a molecada era meio ruinzinha, mas ninguém reclamou não..*

Seja para velar as pessoas que partiram seja para a realização de festas com fins solidários, o fato é que a construção da sede constituiu um grande feito e legítima a ação da SABA. Estes exemplos de encontros, interação e comunicação, verificados nas falas dos moradores e dirigentes, assim como nas ações da associação, têm seu contraponto. Reconhecemos nas falas e em nossa pesquisa de campo, a presença de paradoxos que, se vistos de forma isolada e simplista, pode levar a conclusão de que a SABA não tem relevância (legitimidade) alguma na comunidade.

Dos questionários respondidos pelos moradores do bairro, 40% disseram conhecer a associação de moradores, o restante alegou não conhecê-la. 22% disseram conhecer algum membro da associação e somente 17% afirmaram participar de reuniões e eventos realizados pela

SABA, 16% alegaram recorrer à associação quando tem algum problema com relação ao espaço da vivência. Voltando a atenção às falas, na entrevista concedida, Sr. Moringa declara lastimar a pouca presença dos moradores.

*São sempre os mesmos, o cara quando é bom é bom mesmo, tá em todas..
.agora, a maioria não se envolve, as vezes a pessoa vem e se filia depois você
nunca mais vê essa pessoa. De cada dez que você chama aparece meio.*

Sobre a participação na organização da associação:

*A SAB é formada sempre pelas mesmas pessoas, que só muda o cargo. Numa
você é presidente, noutra tesoureiro. Nas reuniões as vezes aparece menos da
metade. As chapas são sempre as mesmas pessoas, até mesmo porque ninguém
vai votar em quem não conhece.*

Os últimos cinco presidentes da SABA atualmente ocupam outros cargos na composição da direção, o que se observa é que estes cargos⁷, tais como tesoureiro, secretário, chefes de comissões, muitas vezes só são estabelecidos porque estão previstos no estatuto da associação. No cotidiano da associação as atividades se misturam, somente o presidente apresenta uma maior diferenciação já que representa a associação em audiências e nos encaminhamentos de pedidos às instâncias governamentais.

A permanência das mesmas pessoas na composição da direção da associação de moradores é indicativo de uma contradição lembrada por outros estudos. Paul Singer (1980), acerca das associações de moradores afirma que parte considerável dos movimentos sociais da população trabalhadora são iniciados por grupos limitados de pessoas, ideologicamente motivadas a atuar na defesa ativa dos interesses populares. Um traço muito comum de muitos destes movimentos, lembrado por Singer, é a distinção entre os “organizadores” e os que formam as suas bases. Estas bases provêm do grupo social cujos interesses não são atendidos pela estrutura socioeconômica vigente, o que motiva e dá lugar à contradição que motiva o movimento.

Singer (1980) coloca que os movimentos sociais são sempre resultados de um esforço deliberado que é formado por pessoas motivadas não apenas pelas contradições específicas, mas por ideologias. Singer aproveita para fazer uma distinção entre as qualidades dos organizadores e da base, os primeiros teriam motivações específicas, já as bases são motivadas pelos sucessos e

⁷ Artigo 22 – A Diretoria Executiva é composta de: a) Presidente; b) Vice-Presidente; c) Secretário; d) Segundo Secretário; e) Tesoureiro e; f) Segundo Tesoureiro.

fracassos, buscam “vitórias” imediatas. Estas propriedades estariam na base da divisão do trabalho no interior dos movimentos.

Considerando o momento desse estudo de Singer, início da década de 1980, é bem justificável a irrelevância de certos elementos na abordagem de Singer. Contudo, ao se tratar de associação de moradores, o componente espacial deve ser destacado, senão pra afirmar uma possível identidade pelo menos para afirmar que esta não existe.

Nossa hipótese é a de que a existência dos movimentos de bairro se dá justamente na articulação entre os fenômenos discursivos e políticos localizados na fronteira entre referências da vida pessoal e política, estando ligados a um conjunto de redefinições na formação da identidade dos indivíduos. A este respeito, Souza (1988) nos garante que poucos movimentos sociais⁸ remetem à espacialidade de modo tão direto e simbólico quanto o de bairro, já que este exprime a dimensão espacial da sociedade concreta. O autor também lembra o caráter ambíguo deste tipo de movimento, associado, segundo o autor, à diversidade das formas pelas quais estes movimentos se constituem.

O fato de existir um grupo de pessoas que assumem a organização da associação de moradores no Alvorada há mais de vinte anos corrobora nossa hipótese. A diferenciação sugerida por Paul Singer entre organizadores e base não funda nenhuma contradição em nossas ideias. Tanto os organizadores quanto a base, para usar o termo de Singer, têm o mesmo referencial espacial, o do bairro Alvorada.

Importante fato a ser lembrado para corroborar nossas afirmações, foi o consenso entre os moradores do bairro e a associação com referência a mudança de nome da rua A, que passou a se chamar rua José Renato. Esta mudança de nome serviu para homenagear, e, nas palavras do Sr. Moringa, *para enraizar no bairro*, o nome de um dos fundadores da associação, e que mais tarde, depois de ter ajudado a fundar outras tantas associações, deu os primeiros passos para a constituição da CONSAB (Conselho das Sociedades dos Amigos de Bairro de Araçatuba), que reuniria todas as associações da cidade na tentativa de articular as ações delas.

No que se refere a estrutura organizacional, há um modelo seguido pelas associações de moradores, já que os estatutos das associações de bairro obedecem a critérios definidos pela

⁸ Souza (1988) usa a denominação “ativismo”, contudo achamos que no correr de seu texto, não há uma diferenciação entre sua denominação e o que estamos chamando de movimento social e/ou movimento de bairro.

legislação que regulamenta as condições de seu reconhecimento pelo poder público e chancelada pelo CONAM (Conselho Nacional das Associação de Moradores).

Segundo o Código Civil Brasileiro, as associações são pessoas jurídicas e devem possuir um contrato ou estatuto social registrado no CNPJ. A lei distingue as Sociedades, que teria um caráter mais empresarial, das Associações, que possuem caráter cultural, moral e beneficente. Constituindo um sujeito de direito, a associação de moradores pode até mesmo adquirir bens, como é o caso do imóvel que lhe serve de sede, registrada em nome da associação do Alvorada.

No estatuto, em seu capítulo I, intitulado *Da denominação, sede, duração e finalidade*, alguns princípios relativos à natureza e objetivos da associação são apontados. O artigo 1 versa que toda associação de moradores é uma Associação Civil, sem fins lucrativos e sem preconceitos de raça, cor, credo, tendência político-partidário, filosófico ou religioso, com prazo indeterminado de duração. O artigo 3 aponta que a Associação Amigos do Bairro tem por finalidade; a) defender os interesses dos sócios e da comunidade nos limites de suas atribuições; b) visar melhoria de todas as posições materiais e culturais da coletividade, propugnando pela integração da população na administração pública; c) promover estudos das condições sociais e causas determinantes dos problemas do bairro, encaminhando-os com soluções aos órgãos e autoridades governamentais; d) preservar as tradições, o patrimônio moral e material da entidade; e) planejar e promover conferências, palestras, ciclos de estudos e atividades de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo, visando à complementação, o desenvolvimento e o aprimoramento da formação educacional do povo; f) manter serviços de assistência aos sócios carentes de recursos; g) concorrer para o aprimoramento das instituições democráticas; h) administrar próprios municipais, estaduais e federais, que interessem aos moradores do bairro; i) celebrar convênios com quaisquer entidades públicas ou privadas, visando a conjugação de meios e recursos para a consecução de seus objetivos, em benefício da população e; j) colaborar ou solicitar dos órgãos públicos ou privados, responsáveis pelos serviços de melhoria e reparos, as soluções necessárias ao aprimoramento da urbanização e infraestrutura, em benefício da comunidade.

No estatuto, como podemos observar, o bairro é o referencial direto e decisivo, mesmo que o documento apresente predileção pela denominação comunidade. O bairro define territorialmente a base social da ação, catalisa e referencia simbólica e politicamente o defronte de uma problemática com imediata expressão espacial, como as insuficiências dos equipamentos

coletivos, como no caso das reivindicações da SABA com relação à necessidade do aumento do número de salas no Colégio Arantes Terra (escola estadual), assim como no aumento do número de vagas nas duas creches do bairro que, inclusive, atendem inúmeras famílias não moradoras do Alvorada. Problemas habitacionais como a legalização de parte das ocupações alocadas de forma irregular em áreas verdes, assim como a alocação de 30 famílias em um conjunto de casas construídas na forma de mutirão e com a utilização de materiais cedidos pela prefeitura, pela Igreja e por empresas privadas, em 2001. Esta última resultou num conjunto de residências que atualmente recebem o nome de “Vila Feliz”.

Figura 3 - Vista parcial da “Vila Feliz”



Fonte: Do autor.

No item a do artigo transcrito, o estatuto versa sobre a defesa dos interesses da comunidade, interesses que podem contrapor-se às intervenções urbanísticas autoritárias, fruto da centralização da gestão do território, como por exemplo, no caso já citado da imposição por parte da prefeitura da cobrança de uma taxa pela construção de uma ponte sobre o córrego Baguaçu, ação esta que não foi objeto de consulta aos moradores do bairro e que não revelava interesses da comunidade, como bem salienta Sra. Maria de Jesus, em entrevista concedida:

Esse problema da ponte foi resolvido graças ao pessoal da associação e das reuniões pra fazer o abaixo-assinado. Essa ponte não serve pra muita coisa e a Vermínia⁹ queria cobrar uma taxa, é demais não é?

⁹ Germínia Venturoli foi prefeita da cidade de Araçatuba na gestão 1996-1999.

A moradora questiona a qualidade da intervenção estatal nesta ação, reforçando o caráter reivindicativo tomado pela SABA naquele momento. Isto não ocorreu de forma acidental, houve um esforço de aglutinação intencional que foi sustentada graças aos preceitos das associações de moradores, um problema que poderia ser considerado meramente funcional aos olhos dos desatentos, surgiu para a SABA como uma questão a ser “politizada” no interior da comunidade com respaldo de seu órgão representativo e mediador dos interesses comunitários diante ao poder público.

A ação política não pode ser vista somente como espontânea, emergindo como reações naturais às carências que avançam sobre a população, outros elementos entram nesse intrincado processo. No caso citado, a legitimidade¹⁰ da instalação de uma ponte sem o menor consentimento da comunidade gerou um fortalecimento da legitimidade da SABA que fortaleceu seu papel de mediadora junto à prefeitura.

Estão contempladas no estatuto as dimensões subjetivas e culturais da realidade da comunidade não somente no sentido do entretenimento ou lazer, abarcando objetivos mais amplos, as dimensões moral e cívica, por exemplo, são lembradas nos itens *d* e *e*. O estatuto da associação de moradores representa a gama variada de situações e dimensões abarcadas por estas organizações já que resultam das contradições contidas no cotidiano diário da população na sua condição de moradores, trazendo à tona a territorialidade implicada em sua constituição.

A dialética entre o geral e o singular, cuja articulação se dá pelo particular – ou pelas particularidades da coisa – chama nossa atenção para os múltiplos aspectos implicados num evento específico. A alocação de um conjunto de famílias carentes e o surgimento da “Vila Feliz” possui características tanto assistencialistas quanto um valor mais profundo.

Em dezembro de 1999, um conjunto de moradias de características precárias localizadas no extremo sul do bairro (numa área onde há algum tempo passava a linha férrea da antiga

¹⁰ Sobre tal fato, não ouvimos a justificativa dos responsáveis por esta intervenção, contudo, não achamos um desvio muito grande considerar a fundamentação desta ação centralizadora como expressão de um processo mais amplo denominado de *discurso competente*, baseada no trabalho de Marilena Chauí, Ribeiro (1986, p.6) afirma: *...em nossa história, política urbana foi desde muito cedo investido pelo discurso competente: a partir do final do século passado, com efeito, os higienistas impuseram uma visão sobre as cidades que fundamentou importantes intervenções do Estado na cidade, em seguida, os médicos sanitaristas dão lugar aos engenheiros que assumem a tarefa de pensar a cidade física e morfológicamente requerida pela acumulação industrial; recentemente sobretudo a partir dos anos 60, entra em cena um novo personagem – o planejador urbano – que passará a construir um complexo aparato governamental que objetivava traduzir na cidade a ideologia do desenvolvimento.*

Noroeste do Brasil, atual Novoeste) numa extensão destinada a área verde, foram consideradas pela prefeitura e pela associação de moradores como de alto risco para as famílias ocupantes, uma vez que se localizavam em um barranco bastante íngreme. Algumas famílias saíram do local antes das chuvas do verão de dezembro daquele ano levar algumas das moradias barranco abaixo.

O desmoronamento ocasionado pelas chuvas fez com que o restante das famílias fosse colocado de forma improvisada num assentamento distante do bairro. Alocadas num conjunto de barracas de lonas doadas pela Defesa Civil, algumas famílias, segundo o padre Paulinho em entrevista concedida, ficaram instaladas nas salas de aulas da escola estadual do bairro e utilizavam o salão paroquial como cozinha. A SABA atuou na mediação dos interesses das famílias com o poder público, sobretudo na reivindicação de uma área no interior do bairro para que estas famílias pudessem construir suas casas de forma segura. A SABA conseguiu reunir diferentes agentes como a Igreja, o Rotary Clube, que doou recursos utilizados na construção das moradias, a Defesa Civil e alguns pequenos empresários donos de estabelecimentos comerciais que doaram alimentos e materiais de construção para as famílias desabrigadas.

No início de 2000 a prefeitura doou uma área de aproximadamente 1.500 m² ao sul do bairro, próxima a antiga área de ocupação das famílias para que elas pudessem se alocar. A construção das moradias foi realizada pelas próprias famílias, a maioria no sistema de mutirão, algumas de forma individual e/ou somente com o auxílio dos familiares. Para obtenção dos materiais de construção a Igreja Católica do bairro colaborou numa campanha de arrecadação junto à comunidade católica do bairro.

Segundo o padre Paulinho, a Igreja Católica conseguiu aumentar sua credibilidade junto às famílias atingidas com a atuação neste processo. Segundo o entrevistado, no caso da Vila Feliz, houve uma falta de coordenação e de assistência por parte da Prefeitura. Prova dessa afirmação de padre Paulinho é a qualidade das moradias construídas. Numa pesquisa *in locu*, constatamos que as moradias foram construídas de acordo com as condições de cada família. Possuem tamanhos diferentes, muitas inacabadas e/ou mistas com madeira.

Atualmente, algumas moradias foram construídas por pessoas que não fazem parte do grupo que inicialmente foram desalojadas. Isto ocorre porque algumas famílias de habitavam irregularmente outras áreas da cidade tiveram conhecimento da doação da área pela Prefeitura e se dirigiram à Vila Feliz no intuito de conseguirem um espaço para viverem.

Rodrigues (1988) nos ajuda a entender que nas cidades capitalistas, a propriedade da terra não garante o direito à cidade, mas ao menos confere o direito de lutar por ele e a certeza de não ser expulso pelo aumento de aluguel. A aspiração pela propriedade da moradia, condição concreta da sobrevivência, constitui um elemento disseminado no modo de viver urbano, as políticas habitacionais da década de 1960 são reflexos deste processo. As práticas cotidianas de apropriação e produção do espaço urbano deixam, por meio dos processos organizativos, como no caso da atuação gerida pela SABA, de ser entendidas apenas como resultado de um esforço segmentado para assumir *sua verdadeira feição de uma luta pela produção do espaço não segmentado, cuja produção é social* (p. 238).

A constituição da Vila Feliz e todo o processo de aglutinação por meio do qual surgiu uma rede social cuja finalidade era o de proporcionar o direito à cidade a um grupo de famílias expressa a capacidade dos agentes sociais envolvidos, sobretudo a SABA, na composição de uma ação forjadora de uma resistência às determinações da sociedade urbana capitalista.

Junto à Vila Feliz, constituiu-se uma espécie de *contra-espaço* que nega as ordens sociais majoritárias. Negou-se a negligência cada vez maior das pessoas com relação aos problemas daqueles mais carentes. Também houve uma superação do localismo comumente atribuído às associações de moradores, já que existiu uma integração entre diversos agentes sociais articulados pela ação da SABA, Igreja, Estado, Agremiações Cívicas, a exemplo do Rotary Clube, e empresas privadas.

No caso em tela, a politização do território do bairro fica patente na necessidade da intensificação do diálogo com o Estado, na figura do poder público municipal. O fortalecimento dos canais de ligação entre comunidade e Estado ocorre nos momentos de maior mobilização.

5. O caráter reivindicatório

Partimos do pressuposto de que na relação com o Estado, os movimentos sociais firmam um processo de criação de sua identidade coletiva, colocada tanto no plano político como no plano das subjetividades. O caráter reivindicatório muito marcante dos movimentos sociais é valorizado em grande parte dos estudos que têm estas manifestações sociais como objeto de investigação.

As reivindicações dos movimentos sociais urbanos, de forma geral, e das associações de moradores, como expressão específica, se insere na problemática do consumo coletivo e da

articulação e distribuição de mercadorias, tendo como opositor o Estado, já que, por motivos históricos, este é produtor, controlador e gerenciados dos meios de consumo coletivo, assim como o principal responsável pela legitimação dos meios legais de intervenção urbana. Davidovich (1991) nos assegura que no Brasil, o urbano e o Estado sempre se entrelaçaram, desde os períodos históricos menos recentes. À medida que o Estado passou a regulamentar as relações entre o capital e o trabalho, a função do Estado deixa de ser meramente administrativo para ser político, já que é também responsável pela mediação entre interesses de diferentes grupos sociais.

Em seu estatuto, no capítulo I, a SABA traça os seguintes objetivos; c) promover estudos das condições sociais e causas determinantes dos problemas do bairro, encaminhando-os com soluções aos órgãos e autoridades governamentais e; j) colaborar ou solicitar dos órgãos públicos ou privados, responsáveis pelos serviços de melhoria e reparos, as soluções necessárias ao aprimoramento da urbanização e infraestrutura, em benefício da comunidade. Seja na forma de órgãos e autoridades governamentais e/ou públicos, ocorre que já em seus princípios, a associação de moradores do Alvorada prescreve o Estado como interlocutor e não como um oponente. O que significa dizer que a ação da SABA se dá no interior do Estado, ou seja, transcender o sistema político estatal não faz parte dos anseios da associação.

No campo das ações políticas, o Estado passa, também, a agir como mediador de interesses antagônicos, o que significa abrir um espaço de manobra maior para a atuação dos movimentos sociais, já que a única finalidade deles não é mais desmembrar um Estado puramente burguês, mas sim o de ampliar os espaços democráticos de debate e ação.

Os espaços de atuação que são abertos (ampliação do espaço público) por meio da ação dos movimentos que agora (a exemplo dos novos personagens que entram em cena a partir da década de 1980) não têm grandes preocupações revolucionárias como eixo ordenador da ação e da própria existência, faz da escala municipal a dimensão privilegiada. Isto se deve ao fato de que na escala municipal existe uma aproximação mais direta com os responsáveis pela gestão destes espaços.

A Constituição Federal de 1988 reconhece que é no nível local que os processos decisórios e de busca por estratégias de ampliação de espaços democráticos têm maior engajamento. Este esforço para reforçar o processo de descentralização expresso na lei maior cobre duas esferas; a intragovernamental, que se refere ao deslocamento de poder do governo

federal para as esferas subnacionais, e a democratização, cujo deslocamento do poder vai do Estado para a sociedade.

Toda esta redefinição da estrutura de poder do sistema governamental se realiza por meio do remanejamento de competências decisórias e executivas, assim como dos recursos necessários para financiá-los. Podemos visualizar este processo na municipalização de muitos serviços, muitas vezes esta municipalização de responsabilidades não vem acompanhada da descentralização dos recursos públicos, o que dificulta a dinâmica contábil dos municípios. A gestão pública entra num processo crescente de flexibilização diante das demandas da sociedade, redimensionando a relação Estado-sociedade. O reflexo deste processo é patente na Lei Orgânica do Município de Araçatuba, que preza por um maior controle social e pela busca por possibilidades cada vez maiores de influir nas decisões¹¹.

Outra expressão desse processo é a proliferação dos conselhos setoriais, a exemplos dos conselhos de saúde, assistência social, da criança e do adolescente, da educação, entre dezenas de outros. Só na cidade de Araçatuba são 18 conselhos municipais¹². Com relação às teorias que buscam dar conta do complexo vínculo entre Estado e sociedade, e mais especificamente, entre Estado e espaço urbano, temos em Lefebvre (1999 e 1991) e em Castells (1977 e 2000) duas concepções que, salvo diferenças abissais, consideram o plano existencial do Estado indissociável das questões urbanas.

Em Lefebvre, o Estado é um agente portador de uma ação que se apoia na racionalidade opaca ditada pelo capitalismo, fazendo do espaço urbano o lugar onde os processos homogeneizadores transformam o cotidiano numa fórmula abstrata. O Estado produz espaço abstrato que nega o espaço social que suporta a vida cotidiana e a reprodução das relações. Em Castells, o Estado é entendido a partir de seu papel no processo de reprodução da força de trabalho. Daí este autor privilegiar o campo do consumo coletivo como especificamente urbano e de responsabilidade do Estado.

Castells vincula Estado, meios de consumo coletivo e movimentos reivindicatórios. Dessa forma, o autor coloca que o Estado enquanto relação surge na medida em que os fundos

¹¹ Vide artigos 39; 76; 136 e 165 da Lei Orgânica do Município de Araçatuba.

¹² Da Assistência Social; dos Direitos da Criança e do Adolescente; Tutelar; da Saúde; da Educação; do Idoso; do Meio Ambiente; do Esporte; do Turismo; do Desenvolvimento Comercial e Industrial; da Segurança Alimentar e Nutrição; Antidrogas; do Desenvolvimento Rural; da Cultura; da Pessoa Portadora de Deficiência; da Alimentação Escolar; da Segurança; e do Trânsito.

públicos intervêm nos mecanismos de reprodução da força de trabalho, já havendo aí uma redefinição do Estado enquanto relação. É nesse contexto que o Estado se constitui como o interlocutor principal dos movimentos sociais urbanos. O caráter reivindicatório dos movimentos urbanos politiza a questão dos meios de consumo coletivo, tirando-os do isolamento atribuído a eles no campo da economia. O uso coletivo é determinado ao mesmo tempo pela socialização do processo de consumo, assim como pela socialização da gestão ou pelo aumento do acesso aos mecanismos decisórios de implantação destes.

O Estado deixa de ser o ponto de partida, este papel é exercido pela relação fixada no processo de interlocução. A intervenção estatal não é um mero mecanismo de regulação automático das contradições sociais, já que na interlocução com outros grupos sociais politiza-se as questões do planejamento e da intervenção. Estas questões não se dão a partir do aparelho estatal de forma linear, há inflexões históricas consideráveis em função das forças entre os grupos sociais, suas orientações e alianças. Sobre este aspecto, o ex-presidente da SABA, Sr. Moringa nos fala:

Essa gestão de agora escuta muito as associações, mas já teve outros, como o da Germínia Venturoli, por exemplo, que não estava nem aí. Aí nosso trabalho é dobrado né. Além reunir a turma, explicar as coisas, gente tem que ficar batendo na porta da prefeitura, o Maluly vem até aqui.

Por meio de sua fala, nosso colaborador explicita que em diferentes momentos, dependendo da forma pela qual são articuladas as relações de poder local, ou dependendo do perfil apresentado pela gestão de determinado grupo, a interlocução atinge ou não os objetivos desejados pela associação. De fato, as decisões políticas procedidas da prefeitura (expressão política do poder local por excelência) são constituídas pelo entrelaçamento de uma gama variada de micropolíticas que transversa o poder político local. Acreditamos que os casos concretos de relação entre Estado e Sociedade expressam uma combinação do conjunto de vertentes possíveis, e não um modelo ideal, já que o resultado do entrelaçamento que acontece no processo de negociação (interlocução) das diversas expressões sociais tende a conferir uma orientação para os processos de participação. Esta, ora fortalece os vínculos entre os que compõem as organizações sociais (como as associações), ora os afrouxa.

O caráter reivindicatório dos movimentos sociais se acentua ou se afrouxa de acordo com a combinação das possibilidades que são instituídas no processo de encontro entre os diferentes grupos *de interesse*, que exigem respostas do Estado. O crescimento desordenado da

maioria das cidades brasileiras, e Araçatuba não é exceção, vêm se realizando a, custos econômicos e sociais. O Estado cumpre a função de injetar enormes quantias de recursos em infraestrutura necessária à esfera produtiva que se instala nas cidades e, concomitantemente, responde às reivindicações e pressões dos grupos populares advindos da situação de precariedade dos serviços e equipamentos públicos e dos diferentes níveis de conscientização e mobilização destes grupos.

6. As principais reivindicações segundo os moradores do Alvorada

Demo (2001), ao estudar alguns traços gerais do associativismo no Brasil, tendo como base de dados pesquisas elaboradas pelo IBGE, distingue três categorias desse fenômeno; os sindicatos, as associações órgão de classe (categorias profissionais) e os órgãos comunitários. Para este autor, as filiações à órgãos comunitários expressa uma cidadania tipicamente voluntária e geralmente mais consciente.

Ao frisarmos a formação de uma identidade dos moradores com seu espaço de vivência não ignoramos o papel que as carências têm nesse processo. O sentido de *carência* pode ser definido de várias formas, daí a multiplicidade dos movimentos que define a coletividade efetiva de cada ação; homossexuais, mulheres, negros, moradores etc.

Apesar das exigências burocráticas do Estado para o reconhecimento da legitimidade da associação, sua existência não está submetida a uma mera imposição estatal. A SABA é a primeira associação de moradores constituída na cidade de Araçatuba, sua formação se dá no final da década de 1970, sobretudo a partir da atuação do Sr. José Renato.

Segundo informações obtidas por meio de entrevistas, o Sr. José Renato possui sua história na cidade vinculada a ação política. Vindo da metrópole paulistana em meados da década de 1970, conhecedor das vias legais da formação e legalização de associações e, posteriormente, militante do Partido dos Trabalhadores, o Sr. Renato colaborou na mobilização inicial dos moradores do bairro Alvorada e mais tarde colaborou na mobilização de pelo menos dez associações de moradores em Araçatuba. As informações referentes a este importante personagem da história política de Araçatuba são escassas, isto se deve ao fato dele ter falecido há mais de dez anos e de seus familiares não residirem na cidade, mesmo quando acionados desconhecem sua atuação em Araçatuba.

No início, a criação da SABA estava relacionada com o fato de que o bairro Alvorada, apesar de já existir há trinta anos no final da década de 1970, carecia de uma série de elementos de infraestrutura que implicaria na melhoria na qualidade de vida dos moradores. A implantação de elementos como água encanada, iluminação pública, asfalto e abertura de algumas vias que já possuíam residências, somente fora iniciadas neste período.

A colaboradora Maria de Jesus lembra das inúmeras vezes que ia buscar água no córrego Alvoradinha que corta o bairro para lavar roupa, tomar banho e para beber. Maria recorda: *me lembro das máquinas da prefeitura que vinham abrir as vias e que nunca passavam na frente de minha casa*. E continua: *...me lembro de uma vez que dei duas garrafas de pinga para o maquinista passar na rua aqui do lado que era um barrancão só*.

A postura isolada de nossa colaboradora não pode ser associada ao coletivismo ao qual nos referimos linhas acima, mas sua fala nos serve para ilustrar que a falta de uma atuação mais efetiva da prefeitura na implantação de melhorias para o bairro contribuiu para a formação de uma força aglutinadora a partir da qual a formação da SABA se nutre. Submetidos a carência, todos se tornam portadores de uma identidade no sentido concreto, a representação de que algo falta ao espaço da vida e que se deve fazer alguma coisa da base à noção de comunidade.

A passagem do indivíduo, da dimensão privada para a pública, explica um elemento importante e frequente em depoimentos dos participantes da associação; o de vivenciarem tal experiência como um enriquecimento pessoal, intensificando sua qualidade de sujeito que serve à comunidade. Como na seguinte fala Sr. Manoel, atual presidente da SABA:

Eu já tô na associação faz tempo, como presidente há um ano, mas sempre ajudando a população, muita gente consegue as coisas por causa da gente, isso já tá bom, as vezes a gente não consegue fazer muita coisa mas pelo menos explicamos a situação pra pessoa, aí ela fica conhecendo a realidade. Mas acho que estou sendo útil pras (sic) pessoas.

A prática fundada na busca pela satisfação das carências cria uma prática coletiva que passa a fazer parte da vida social e fundamenta suas representações, amplia e reformula a vida. O reconhecimento da carência passa para o reconhecimento da identidade e do direito legal das exigências. Thompson (1981), afirma que para compreendermos a formação da classe operária na Inglaterra, deve-se realizar uma verdadeira *inversão* na lógica interpretativa promulgada por Karl Marx no século XIX. Thompson destaca a formação da classe operária para depois compreender a formação da indústria moderna, o autor enfatiza o autorreconhecimento dos trabalhadores como classe. Em suma, o que o historiador inglês propõe é entender a formação da classe operária

como condição e não mais como um simples resultado da grande indústria, há uma *inversão* de perspectivas.

Entendemos que a força mobilizadora reside justamente no processo de constituição coletiva de representações. Estas permitem realizar a passagem fundamental que consiste em caracterizar carências específicas, vividas por alguns como manifestação da negação de um direito de toda comunidade.

Na pesquisa de campo realizada, buscamos constatar quais os principais problemas que são vivenciados no âmbito do bairro. Pode-se observar que problemas como falta de asfaltamento, limpeza pública, falta de policiamento entre outros, são todos problemas referentes aos serviços oferecidos pelo poder público.

Tabela 4 - Principais problemas citados pelos moradores

Marginalidade	2%
Falta de serviços	2%
Falta de iluminação	4%
Animais soltos	1%
Limpeza pública	12%
Falta de asfalto	23%
Terrenos baldios	21%
Não tem problemas	9%
Falta policiamento	26

Fonte: Aplicação de questionários em trabalho de campo (2004)

Problemas que tradicionalmente entrariam na pauta das reclamações, tais como falta de escola, creches, posto de saúde, não são lembrados. Isto deve ao fato de que estes serviços são atendidos de forma relativamente satisfatória. O aumento do número de salas de aula na escola estadual Altino Arantes, o aumento do número de vagas nas duas creches localizadas no bairro, a instalação da Unidade Básica de Saúde em meados de 1990, a implantação de sinalização nas ruas, segundo relatos de entrevistados, foram problemas que sempre entravam na pauta das reuniões e reivindicações da SABA. Se muitas das intervenções do poder público no bairro não

estão diretamente vinculadas à ação reivindicatória da SABA, a forma pela qual estas são implementadas não escapam à observação da associação e crítica da associação.

Como o caso da cobrança da taxa de asfaltamento aos moradores que foi suspensa após a mobilização dos moradores, havendo inclusive a elaboração de um abaixo-assinado. Nesse caso a prefeitura deixou de asfaltar parte das ruas, completando a implantação deste serviço somente no momento que contava com recursos conseguidos juntos ao governo federal.

A busca pela resolução das carências assumidas pela associação de moradores pressupõe uma identidade comum entre os moradores, demanda um conjunto de representações que, mesmo de forma incipiente, gera um processo de autoconstrução política e cultural, tanto quanto econômico.

7. Considerações finais: o bairro é lugar e território

Tidas como ações coletivas de natureza política que buscam um certo grau de autonomia de ação, o movimento de bairro em pauta mostra um conteúdo contraditório. No conjunto das múltiplas determinações do fenômeno, a busca pela identidade exige que encontremos uma unidade. Esta unidade, reside justamente no campo relacional. É justamente onde a Geografia, de forma tradicional, mais se debruçou, na relação sociedade-espço, que a identidade dos agentes se fundam. Desta relação origina-se o território.

Sobre o conceito de território, acreditamos ser possível constituir um recurso conceitual capaz de dar forma ao fenômeno estudado. Território, entendido como um conceito mediador e não como um conceito *a priori*, mediador da ação e do pensamento.

Da mesma forma que ser e pensar constituem o processo pelo qual as múltiplas determinações geram o concreto, o território é a mediação pela qual os moradores do Alvorada experienciam seu espaço. Daí brota a complexidade geradora da ação política que está disseminada no cotidiano, não confinada a uma dimensão específica. É esta complexidade, *capaz de causar úlceras aos adeptos da preguiça intelectual*, que nos estimula a entender a forma pela qual o bairro, enquanto lugar da vida, passa a configurar o espaço da ação política, constituindo, portanto, o território. Território, experiência e identidade, são peças essenciais para a compreensão da forma pela qual o processo de politização do espaço urbano se dá na contemporaneidade.

Enfocando o bairro como lugar e território identificamos as forças mobilizadoras com um espaço específico, o da vida cotidiana, o espaço da identidade, mesmo que este não seja juridicamente pertencente aos agentes que nele está instalado. Isso significa dizer que: nos processos que dão dinamismo e identidade aos Movimentos de Bairro, o componente espacial se apresenta como elemento mediador, sendo o próprio espaço uma relação. A mobilização só existe porque o espaço se apresenta, não como base onde se fixam objetos, ou como uma área ou sítio a ser delimitado, ficando a partir de então sobre a tutela de um grupo. A mobilização existe porque há uma identidade do grupo com o espaço, é isto que permite o movimento sobreviver e atuar em espaço alheio, quando o espaço ainda se constitui como território de outrem.

Nas associações de moradores, o espaço do bairro não é nem trunfo, porque se o bairro existe significa que ele já constitui um espaço apropriado pelo morador, tendo ou não a escritura que lhe dá direito sobre a posse do imóvel, nem é um mero receptáculo, onde se fixam estruturas ou luta-se por recursos. Tal é o caso dos inúmeros moradores do bairro Alvorada que não possuem escritura da residência. O bairro é um lugar onde se encerra uma representação que faz dele algo que transcende seus limites. A identidade firma-se não somente a partir do que falta à base espacial da vivência cotidiana dos moradores, mas firma-se a partir de uma dialética objetivo-subjetivo (a dialética espaço da representação-representação do espaço) que confere concretude à realidade dos moradores.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Sarah Pereira. **Geografia de Araçatuba**. Araçatuba: I.I.T., 1970.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA. **Lei Orgânica do Município de Araçatuba**. Araçatuba/SP, 10 de Dezembro de 1996.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e terra, 2000.

CASTORIADIS, Cornélius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989, (Série Princípios).

DAVIDOVICH, Fany. *Movimentos sociais e cidades: uma introdução ao tema*. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro: UNESP, Vol.21 (42), 1991, p.21-16.

DURHAM, Eunice Ribeiro. *Movimentos sociais: a construção da cidadania*. In: **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n.10, outubro, 1984, p.24-30.

GHIRARDELLO, Nilson. **À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Escritos urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

IBGE, **Censo Demográfico 2000**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, São Paulo, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: De Moraes LTDA, 1991.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991b.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e questão urbana**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MERLUCCI, Alberto. *Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento*. **Revista dos Novos Estudos do CEBRAP**. N. 40, novembro de 1994, pp.153-166.

MOISÉS, José Álvaro. *A revolta suburbana ou “patrão o trem atrasou”*. In: _____. **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro, 1977.

MONBEIG, Pierre. **Fazendeiros e pioneiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA. Site: <http://www.araçatuba.gov.br>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA. **Plano Diretor Propostas**. Prefeitura de Araçatuba, 1994.

REZENDE, Antonio. **Curso básico de Filosofia**. 10 ed. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Na procura do lugar, o encontro da identidade; a Geografia de um movimento social*. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente/SP: AGB, n.09, 1989, p. 11-17.

_____. *Cidade e movimentos sociais: algumas reflexões sobre questões conceituais*. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro: UNESP, Vol.21 (42), 1991, p. 27-33.

_____. **Moradia nas cidades brasileiras.** 5ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SEABRA, Odete C. De Lima. *Urbanização e fragmentação: apontamentos para estudo do bairro e da memória urbana.* In: BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação (org.). **Urbanização e cidades:** perspectivas geográficas. Presidente Prudente/SP; FCT/UNESP; GAsPERR, 2001, p. 127-155.

SERPA, Ângelo (org.). **Fala periferia!** uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. Salvador: UFBA, 2001. (Série UFBA em campo; Estados).

SILVA, José Borzacchiello da. *Movimentos sociais e Estado: implicações espaciais.* **Boletim de Geografia Teórica,** Rio Claro: UNESP, Vol.22 (43-45), 1992, p. 180-185.

SINGER, Paul. **São Paulo:** o povo em movimento. São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências LTDA, 1980.

_____. **Economia política da urbanização.** 9ª ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1983.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **O que pode o ativismo de bairro?** Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

_____. *O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.* In: CASTRO, Iná Elias et al (org.). **Geografia:** conceitos e temas. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. pp.77-116.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria:** ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1981. VASCONCELOS, Luiz Antonio T. *A região administrativa de Araçatuba.* In: **Cenários da urbanização paulista:** regiões administrativas. São Paulo: SEADE, 1992, pp.15-54.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.